

6º SILUSBA - SIMPÓSIO DE HIDRÁULICA E RECURSOS HÍDRICOS DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Mesa Redonda 2

Relato

No âmbito da Mesa Redonda 2, subordinada ao tema “**O amanhã da gestão sustentável da água - experiências internacionais**”, que agora mesmo acabou, foram produzidas seis intervenções, cujo relato passo a fazer. Procurarei reter apenas o essencial de cada uma dessas intervenções e evitar repetições de conteúdo ou terminológicas, para melhor leitura dos muito e interessantes aspectos que nos foram apresentados.

O Dr. Rui Silva, Presidente do INGRH – Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos de Cabo Verde, que presidiu à sessão, começou por acentuar que o homem é o primeiro responsável pela desertificação e pela penúria da água. Portanto, o futuro no domínio dos usos da água vai depender da adequada intervenção de todos nós. Neste domínio e como dizia Leonardo da Vinci, considera que estamos todos no mesmo barco. Nessa perspectiva, afirmou que a gestão integrada da água, com a intervenção de múltiplas especialidades e tecnologias, é fundamental para se chegar a bom porto.

Terminou com uma citação de Nelson Mandela que, pelo seu importante significado e pertinência, mencionarei no final do presente relato.

Seguiu-se o Engº Eira Leitão, Secretário-Geral do Conselho Nacional da Água de Portugal, que começou por referir a função social e a crescente importância económica da água, na medida da evolução demográfica, do fomento industrial e da concentração urbana, salientando que o desenvolvimento associado à maior exploração dos recursos hídricos tem evoluído de forma não equitativa.

Mencionou alguns conceitos ligados ao desenvolvimento sustentável, citando em particular o princípio 4 da Declaração do Rio – “Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a protecção do ambiente deve constituir uma parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada de forma independente”. Acentuou também a pequena parcela das reservas de água salgada e doce existentes na Terra (0,5 ‰) técnica e economicamente utilizável para abastecimento, a que ocorre nos rios, nos lagos e nos aquíferos subterrâneos.

Como exemplo significativo nas relações internacionais bilaterais apresentou a Convenção de Albufeira de 1998 sobre as bacias hidrográficas luso-espanholas, que considerou de importância relevante, por já reflectir a nova abordagem ambiental consubstanciada na Directiva-Quadro europeia da água e por aquelas bacias corresponderem a 63% do território continental português.

Terminou com a caracterização do Conselho Nacional da Água, enquanto órgão independente de consulta do Governo português, mencionando o contributo que julga o Conselho tem dado, e certamente continuará a dar em relação aos temas que discriminou, para a gestão global, integrada e duradoura dos recursos hídricos nacionais, ao assegurar uma imprescindível interacção entre a Administração Pública e a sociedade civil na gestão e no controlo dos usos da água.

O Prof. Oscar Netto, da Universidade de Brasília e Presidente da ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos, abordou os princípios que enformam os modelos de gestão da água naquele país, referindo nomeadamente:

- a tutela da água, enquanto bem público com valor económico;
- os instrumentos de gestão (planos, enquadramento, sistemas de informação, de outorga e de cobrança);
- os princípios da gestão descentralizada, participativa e integrada da água e da organização administrativa e dos sistemas em que ela se insere;
- a estrutura institucional, consubstanciada nos Conselhos, a nível de bacia ou de região hidrográfica; e,
- alguns modelos estaduais típicos (Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Focou então algumas questões actualmente de grande relevância no Brasil em relação à gestão da água, salientando:

- a dimensão legal (sensível evolução nos últimos 10 anos; melhoramentos necessários; especificidades regionais);
- a dimensão cultural (difícil incorporação da diversidade cultural; não incorporação das noções de água como bem público e da necessidade de gestão integrada);
- a dimensão institucional (intervenção a nível estadual; participação dos municípios; aprimoramento da relação com os usuários e a sociedade civil; fortalecimento económico-financeiro; conflitos com a gestão ambiental e com a execução das obras); e,
- a dimensão técnica (capacitação técnica; escala do problema; sistemas de informação).

Em jeito de conclusão referiu a evolução que se está a verificar no sentido da governância e da governabilidade, e que a gestão da água reflecte um processo colectivo de aprendizagem, associado à construção da cidadania e ao fortalecimento da democracia (processo lento, com “idas e vindas”).

Falou em seguida o Prof. Almir Cirilo da Universidade Federal de Pernambuco que, com notável capacidade de comunicação, abordou o tema “O amanhã sustentável segundo a experiência brasileira”.

Começou por acentuar a necessidade de uma hidrologia humana ou sociologia hidráulica (“deixar de falar só para engenheiros”) e o importante desafio da prática e da aplicação de preceitos para a participação social. No seu entendimento, as estratégias e os pilares essenciais para construir o amanhã sustentável da água são:

- a estabilidade institucional (“que os anéis vão mas fiquem os dedos!”);
- a organização (percebendo que a água é um bem de todos os cidadãos);
- a informação, que assegure uma verdadeira cidadania pelas águas;
- a confiança, nas pessoas e nas instituições;
- a educação e a formação, quer de gestores, quer dos utilizadores da água.

Concluiu a sua intervenção com uma frase-súmula: temos que acreditar e cumprir o compromisso do futuro.

Interveio depois o Engº Mário Lino, até há pouco Presidente da AdP - Águas de Portugal, SA., que começou por acentuar a grande amplitude social dos problemas da água e a dimensão do que entende ser já uma crise mundial da água.

Salientou os grandes objectivos a atingir a nível mundial, no que respeita ao abastecimento da água e ao saneamento de efluentes urbanos, referindo que tais problemas são condição necessária para o desenvolvimento e não uma sua consequência.

Abordou quatro importantes vectores de intervenção no domínio do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, a saber:

- aumentar as disponibilidades em água potável;
- aumentar a equidade no acesso aos serviços hídricos;
- melhorar a manutenção e operação dos sistemas;
- reduzir os danos ambientais consequentes.

A terminar, mencionou o que considera serem as seis condições fundamentais a observar para cumprir as metas do milénio no domínio em apreço:

- reforçar a autoridade e a intervenção do Estado e do Sector Público;
- aumentar o investimento público e a despesa pública em abastecimento de água e saneamento;
- desenvolver tecnologias de baixo custo;
- aumentar a ajuda externa aos países mais carenciados e os níveis de cooperação internacional;
- aumentar a capacitação pessoal e institucional;
- envolver as populações e as ONG na resolução dos problemas.

Passou-se então à última intervenção, do Eng^o Rui Gonzalez – Presidente da AMCT - Associação Moçambicana de Ciências e Tecnologia, que referiu a dificuldade de prever o amanhã no domínio da água. Abordou depois a ocorrência cíclica das cheias e das secas em Moçambique e a relevância dos acordos bilaterais sobre bacias partilhadas entre Moçambique e os Estados Vizinhos, através da aplicação do direito da água, mencionando a título de exemplo:

- O INCOMAPUTO – um acordo entre a RSA, Moçambique e Suazilândia, sobre os rios Incomáti e Maputo, definindo pilares essenciais como o caudal ecológico e as captações mínimas.
- O NEPAD – New Economic Partnership for Africa Development, conduzida pela RAS e a Nigéria, relativamente ao qual questionou os efeitos perversos que podem ter os 300 biliões de subsídios à agricultura concedidos pelos EUA, EU e Japão.

Salientou, por fim, a importância dos consensos sociais para a gestão da água, dizendo que o caminho é longo e que a responsabilidade de como o percorremos está nas nossas mãos.

Entrando no período de debate, intervieram pela sequência indicada:

- Yvonilde Medeiros, focando:
 - a necessidade, porventura feminina, de uma visão realista
 - a grande distância para o cumprimento das metas do milénio
 - que se não devem esquecer as situações críticas, designadamente no semi-árido
- A. Pedro Borges, salientando:
 - o equacionamento necessário do binómio acesso à água - pobreza
 - o desperdício de dinheiro (em guerras) e a procura de soluções fáceis (privatizações)
- L.Veiga da Cunha, para referir:
 - ser necessário modificar a nossa relação com a água
 - o seu grande apreço pelo Brasil e as razões lógicas dessa consideração
 - a urgência na actuação, citando Francis Bacon (“a esperança é um óptimo pequeno almoço mas um péssimo jantar”)

- J.P.Lobo Ferreira, acentuando:
 - a importância de verdadeiros órgãos independentes
 - a necessidade da gestão também das águas subterrâneas, ou da sua gestão conjunta com as de superfície
 - que devemos evitar ser parte dos problemas da água, antes contribuir para a sua resolução

- Alcino Pereira, que afirmou:
 - não chegar o conhecimento científico dos problemas para garantir a eficácia dos procedimentos
 - a conveniência de introduzir novos temas nos Silusba, como sejam a participação da população, a transversalidade da gestão da água e a sua importância da articulação com o ordenamento do território

Rui Silva, a encerrar, realçou um claro emergir de ideias-mestras para os próximos Simpósios, facto com que se congratulou. Do mesmo interveniente tinha sido a citação das palavras de Nelson Mandela que se julgam as mais apropriadas para encerrar o presente relato:

- “uma visão sem acções é um sonho;
- acções sem visão são paliativos;
- uma visão com acções faz o progresso.”

Cidade da Praia, 2003.11.13

António Eira Leitão